Exame de Introdução ao Estudo do Direito I

Turma B

Fase de Coincidências

Ano 2018/2019

I

A CAMILINHA era uma menina muito inventiva, conhecida por andar sempre com auriculares ouvindo música vários decibéis acima do nível normal. No final da primavera, inspirada nas suas experiências na Finlândia, resolveu instalar uma sauna *super equipada* no seu hall de entrada.

Certo dia de junho, o herói BELISSÁRIO – cuja sensibilidade nasal havia sido perdida na guerra – voltou a casa e, quando subia as escadas para o seu 4ºesquerdo, viuse obrigado a parar no piso inferior, preocupado ao constatar que saía fumo pela porta de entrada da sua vizinha CAMILINHA. Não tendo ninguém a quem recorrer para confirmar o que os seus sentidos lhe indicavam, apressou-se a bater à porta e gritar pela vizinha, momento no qual sentiu elevada temperatura que os braseiros da sala haviam transmitido para os ferrolhos da porta. Aflito com a ausência de resposta e todos os sinais de perigo, arrombou a porta com o extintor do vizinho DIMAS.

Quid Juris?

Nesta pergunta o aluno deverá:

- Reconduzir o caso à figura do Estado de Necessidade, justificando.
- Enunciar os vários pressupostos da figura, verificar a falta do pressuposto perigo atual e extrair as necessárias consequências.
- Qualificar o problema como Estado de Necessidade Putativo e discutir a sua admissibilidade, à luz do artigo 338.º.

II

Pronuncie-se sobre cada uma das seguintes hipóteses.

1) A Lei n.º a/2019 proibiu o estacionamento na via pública. Dois dias passados, a Lei n.º b/2019 passou a permiti-lo aos fins de semana. Três dias volvidos, a Lei n.º c/2019 veio revogar a Lei b/2019.

A Lei A proibiu o estacionamento. A Lei B restringiu o âmbito da Lei A. Será igualmente aceite se o aluno considerar haver uma revogação parcial, contanto que o justifique. A Lei C, ao revogar a Lei B, torna a alargar o âmbito da Lei A para a sua extensão original.

1.1.) Imagine agora que a Lei n.º a/2019 remetia por diversas vezes para o Regime Geral de Proteção do Espaço Público (RGPEP), que foi veio a ser revogado pela Lei n.º d/2019.

Quid Juris?

A Lei A caduca, caso se trate de uma revogação simples. Sendo uma revogação substitutiva, as remissões passam a valer para a lei revogatória.

Ш

Comente as seguintes afirmações.

O Direito prosseguirá, ou não, a justiça conforme o decida cada comunidade historicamente situada.

Nesta questão o aluno deverá:

- Situar o debate no quadro das correntes filosóficas do direito, com especial enfoque no binómio *jusnaturalismo/juspositivismo*;
 - Identificar e distinguir a justiça distributiva da comutativa;
 - Caracterizar o Direito e pronunciar-se sobre o lugar da justiça naquele.

O estado de necessidade é *mais justo* que a legítima defesa, uma vez que não se imputam todos os danos envolvidos a apenas uma parte.

Nesta questão o aluno deverá:

- Enquadrar ambos os modos de autotutela enquanto causas de justificação, destacando, sumariamente, o seu papel no seio da responsabilidade civil;
- Distinguir as figuras apelando aos seus diferentes fins: o Estado de necessidade como obedecendo a uma lógica de distribuição de riscos, diferentemente da legítima defesa, que visa pôr termo a uma agressão;
 - Contrapor os regimes.